



RETIFICAÇÃO Nº 008/2024

Ao Edital nº 019/2024

RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS DISCURSIVAS

Considerando, o que determina o item 1.10 do Edital de abertura, a Gualimp Assessoria e Consultoria, responsável pela organização do Concurso Público nº 001/2023;

A Gualimp Assessoria e Consultoria, responsável pela organização do Concurso Público nº 001/2023, torna público a quem possa interessar a **RETIFICAÇÃO** ao RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DISCURSIVA divulgado através do Edital nº 019/2024, no que se refere especificamente ao PADRÃO DE CORREÇÃO do cargo de Procurador Legislativo, a saber:

1. No **PADRÃO DE CORREÇÃO** para o cargo de **Procurador Legislativo ONDE SE LÊ:**

Descrição dos Itens		Descrição dos Pontos
Preâmbulo	Indicação do número da peça e do respectivo ano, do número do processo, do interessado e do órgão de origem (Prefeito, Prefeitura Municipal, Município de Medford). Pontuação máxima: 3,0	3,0
Espaço livre	Uma ou duas linhas Pontuação máxima: 2,0	2,0
Ementa	Resumo das questões trazidas no Parecer: Deverá trazer expressões que remetam aos artigos elencados no tópico “Fundamentação”, além dos argumentos trazidos pelo(a) candidato(a). Pontuação máxima: 3,0	3,0
Espaço livre	Uma ou duas linhas Pontuação máxima: 2,0	2,0
Relatório	Resumo do objeto consulta: Deverá constar que o Parecer Jurídico está sendo elaborado por solicitação do prefeito do Município X, a fim de esclarecer sobre a execução do orçamento, com base na legislação brasileira, especificamente no que tange a limites, Receita e Despesa. Ainda, minimamente, deverá fazer menção aos temas relativos aos artigos elencados no tópico “Fundamentação”, além dos argumentos trazidos pelo(a) candidato(a). Pontuação máxima: 3,0	3,0
Espaço livre	Uma ou duas linhas Pontuação máxima: 2,0	2,0
Fundamentação	Análise jurídica da consulta: O objetivo buscado é que a(o) candidato(a) faça um diálogo entre os argumentos narrados no enunciado com os artigos de lei que seguem. Salienta-se que, tendo em vista esta fase do concurso não contar com qualquer consulta, não será exigido da(o) candidata(o) a citação literal do texto ou os elementos da articulação e da redação das Leis, de acordo com a LC 95/98 (número de artigo, inciso, alínea e etc), mas será exigida a exposição correta e clara do que é definido pelos artigos abaixo relacionados, para a pontuação total: a) AArt. 1º, III da Constituição Federal: Deve-se afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana.	60,0



Descrição dos Itens		Descrição dos Pontos
	b) Art. 5º da Constituição Federal: O direito fundamental à vida não se restringe apenas à vida biológica, mas sim a uma vida digna, e viver dignamente implica habitar um meio ambiente que proporcione condições para tal. c) Art. 196 da Constituição Federal: Uma vida digna também é alcançada por meio do acesso ao direito à saúde, assegurado por políticas sociais e econômicas que busquem reduzir os riscos de doenças e outros problemas de saúde, o que é diretamente influenciado pelo meio ambiente equilibrado. d) Art. 225 da Constituição Federal: Todos os direitos mencionados anteriormente têm como base o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, um bem de uso comum do povo e essencial para uma qualidade de vida saudável, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. e) Art. 225, § 1º, I da Constituição Federal: Ademais, para garantir a efetividade do direito mencionado no <i>caput</i> do artigo 225, cabe ao Poder Público a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais, além de promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas. Mesmo que as árvores, onde está previsto o pórtico, não sejam nativas, sua contribuição para o controle térmico evidencia a eficácia de um processo ecológico que merece ser preservado. f) Outros argumentos que corroborem com a tese central. Pontuação máxima: 60,0	
Espaço livre	Uma ou duas linhas Pontuação máxima: 2,0	2,0
Conclusão	Resumo da solução jurídica para a consulta Pontuação máxima: 3,0	3,0
Fecho	Expressão que encerra a peça jurídica Pontuação máxima: 3,0	3,0
Parte autenticada	Local, data, assinatura, cargo ocupado. Pontuação máxima: 3,0	3,0
Compreensão da proposta, seleção e organização de argumentos.	Avaliação de acordo com a compreensão da proposta e da seleção e organização dos argumentos. Pontuação máxima: 4,0	4,0
Aspectos formais: Norma-Padrão/ Coesão e Coerência	- Demonstrar domínio da norma-padrão da Língua Portuguesa. O(a) candidato(a) não deverá apresentar erros no que tange à ortografia, acentuação, pontuação, às regências verbal e nominal, às concordâncias verbal e nominal, entre outros. Vícios de linguagem também serão considerados. - Selecionar argumentos e organizá-los, articulando as partes do texto e utilizando os recursos coesivos adequadamente. Os parágrafos devem estar organizados. Pontuação máxima: 10,0	10,0
PONTUAÇÃO OBTIDA PELO CANDIDATO EM 100,0 PONTOS		100,0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES/ES
Concurso Público nº 001/2023



LEIA-SE:

Descrição dos Itens		Descrição dos Pontos
Preâmbulo	Indicação do número da peça e do respectivo ano, do número do processo, do interessado e do órgão de origem (Presidente da Câmara, Câmara Municipal de Vereadores, Município de Medford). Pontuação máxima: 4,0	4,0
Espaço livre	Uma ou duas linhas Pontuação máxima: 1,0	1,0
Ementa	Resumo das questões decididas no parecer: Deverá trazer expressões que remetam aos artigos elencados no tópico “Fundamentação”, além dos argumentos trazidos pelo(a) candidato(a). Pontuação máxima: 6,0	6,0
Espaço livre	Uma ou duas linhas Pontuação máxima: 1,0	1,0
Relatório	Resumo do objeto consulta: Deverá mencionar que o Parecer está sendo elaborado por solicitação do Presidente da Câmara de Vereadores de Medford, que analisará a realização de audiência pública sobre a construção da sede da Secretaria de Assistência Social no centro da cidade. Da mesma forma, deverá mencionar que a população argumentava que a obra traria mais benefícios em bairros mais vulneráveis. Também, que a falta de participação popular é questionada. Ainda, minimamente, deverá fazer menção aos temas relativos aos artigos elencados no tópico “Fundamentação”, além dos argumentos trazidos pelo(a) candidato(a). Pontuação máxima: 6,0	6,0
Espaço livre	Uma ou duas linhas Pontuação máxima: 1,0	1,0
Fundamentação	Análise jurídica da consulta: O objetivo buscado é que a(o) candidato(a) faça um diálogo entre os argumentos narrados no enunciado com os artigos de lei que seguem. Salienta-se que, tendo em vista esta fase do concurso não contar com qualquer consulta, não será exigido da(o) candidata(o) a citação literal do texto ou os elementos da articulação e da redação das Leis, de acordo com a LC 95/98 (número de artigo, inciso, alínea e etc), mas será exigida a exposição correta e clara do que é definido pelos artigos abaixo relacionados, para a pontuação total: a) Art. 1º, II e parágrafo único da Constituição Federal: A Constituição prevê que, sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito, a cidadania é um dos seus fundamentos, tendo os cidadãos o poder-dever de atuar na condução da sociedade, sobretudo pela previsão da possibilidade do exercício direto do poder popular, o que justifica as cobranças sobre a obra pública realizada. b) Art. 58, § 2º, II da Constituição Federal: A Constituição prevê que as Casas do Congresso terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe, dentre outras ações, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil. c) Art. 89, I da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves/ES: Em obediência ao ditame constitucional a Lei Orgânica também prevê a realização de audiência pública pelas comissões, em razão de sua competência. d) Art. 135, § 1º da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves/ES: O controle popular será exercido entre outras modalidades, por	50



Descrição dos Itens		Descrição dos Pontos
	audiência pública, o que corrobora a importância da medida como instrumento democrático de participação popular. e) Outros argumentos que corroborem com a tese central. Pontuação máxima: 50,0	
Espaço livre	Uma ou duas linhas Pontuação máxima: 1,0	1,0
Conclusão	Resumo da solução jurídica para a consulta Pontuação máxima: 6,0	6,0
Fecho	Expressão que encerra a peça jurídica Pontuação máxima: 4,0	4,0
Parte autenticada	Local, data, assinatura, cargo ocupado. Pontuação máxima: 4,0	4,0
Compreensão da proposta, seleção e organização de argumentos.	Avaliação de acordo com a compreensão da proposta e da seleção e organização dos argumentos. Pontuação máxima: 6,0	6,0
Aspectos formais: Norma-Padrão/ Coesão e Coerência	- Demonstrar domínio da norma-padrão da Língua Portuguesa. O(a) candidato(a) não deverá apresentar erros no que tange à ortografia, acentuação, pontuação, às regências verbal e nominal, às concordâncias verbal e nominal, entre outros. Vícios de linguagem também serão considerados. - Selecionar argumentos e organizá-los, articulando as partes do texto e utilizando os recursos coesivos adequadamente. Os parágrafos devem estar organizados. Pontuação máxima: 10,0	10,0
PONTUAÇÃO OBTIDA PELO CANDIDATO EM 100,0 PONTOS		100,0

INCLUIR o padrão de respostas da questão discursivas aplicadas para os Cargos: Professor MAPB e Profissional de Educação-Supervisor Escolar “PP” e Profissional de Educação-Orientador Educacional “PP”.

PROVA DISCURSIVA 02

Para os Cargos: **Professor MAPB e Profissional de Educação-Supervisor Escolar “PP” e Profissional de Educação-Orientador Educacional “PP”**

QUESTÃO 01.

A avaliação escolar é um componente vital no processo de ensino-aprendizagem, desempenhando um papel muito além do aspecto quantitativo. Esta ferramenta pedagógica é essencial para, entre outros aspectos, moldar a abordagem educativa de forma a atender às necessidades individuais dos estudantes. A avaliação não é apenas um fim, mas um meio contínuo de diagnóstico e desenvolvimento, crucial para aprimorar as práticas de ensino e promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e efetivo.

Nesse sentido, discorra sobre a importância da avaliação escolar no processo de ensino-aprendizagem, destacando como ela pode ser utilizada para identificar dificuldades de aprendizagem e contribuir para a reorientação da prática pedagógica.

Apresente sua resposta em até 15 linhas.

PADRÃO DE CORREÇÃO

A resposta deve abordar os seguintes pontos:

Espera-se que o candidato responda que a avaliação escolar é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois serve



como um instrumento diagnóstico para identificar as dificuldades e os progressos dos alunos. Deve-se destacar que a avaliação vai além da mensuração de notas, sendo uma ferramenta para compreender as necessidades individuais dos estudantes e adaptar métodos de ensino. O candidato deve mencionar que a avaliação contínua permite ao educador ajustar suas estratégias pedagógicas, promovendo um ensino mais inclusivo e eficaz, e que ela deve ser integrada ao processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno.

QUESTÃO 02.

O planejamento de ensino é um aspecto fundamental na prática educativa, atuando como uma bússola que orienta o processo de ensino e aprendizagem. Um planejamento eficaz garante uma experiência educacional rica e significativa para os alunos. Além disso, um plano de aula bem estruturado oferece a flexibilidade necessária para adaptar-se às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos estudantes, assegurando que o ensino seja tanto eficiente quanto inclusivo.

Explique a importância do planejamento de ensino na prática educativa e descreva os elementos essenciais que devem compor um plano de aula eficaz.

Apresente sua resposta em até 15 linhas.

PADRÃO DE CORREÇÃO

A resposta deve abordar os seguintes pontos:

Espera-se que o candidato responda que o planejamento de ensino é crucial para a organização e a eficácia do processo educativo. Deve-se enfatizar que um bom planejamento ajuda a definir objetivos claros, selecionar métodos de ensino adequados e organizar o tempo e os recursos disponíveis. O candidato deve mencionar que um plano de aula eficaz deve incluir objetivos de aprendizagem bem definidos, conteúdos a serem abordados, estratégias de ensino, atividades práticas, recursos didáticos e formas de avaliação. Além disso, deve-se destacar a importância da flexibilidade para adaptar o plano às necessidades e ao ritmo de aprendizagem dos alunos.

- 2. No que couber, FICA, a presente retificação, consolidada ao Edital nº 019/2024 que divulgou o RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DISCURSIVA publicado em 12/03/2024, no que se refere especificamente ao quadro do **PADRÃO DE CORREÇÃO** para o cargo de Procurador Legislativo.**

Alfredo Chaves/ES, 13 de março de 2024.

ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES DE SIQUEIRA
Coordenador Geral e Responsável Técnico - G-Strategic
Administrador – CRA/ES nº 7228